



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALINE RAYANE SOUSA DE MACÊDO

ÍNDICES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E A UTILIZAÇÃO DAS *BIG FOURS*: Um estudo das companhias listada no IBrX-100

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

ALINE RAYANE SOUSA DE MACÊDO

ÍNDICES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E A UTILIZAÇÃO DAS *BIG FOURS*: Um estudo das companhias listada no IBrX-100

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Governança Corporativa

Orientadora: Profa. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M141i Macedo, Aline Rayane Sousa de.

Índices de governança corporativa e a utilização das Big Fours: [manuscrito] : um estudo das companhias listada no IBrX-100 / Aline Rayane Sousa de Macedo. - 2021.

22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Ádria Tayllo Alves Oliveira , Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Governança corporativa. 2. Índice de governança. 3. Auditoria independente. I. Título

21. ed. CDD 657.61

ALINE RAYANE SOUSA DE MACÊDO

ÍNDICES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E A UTILIZAÇÃO DAS *BIG FOURS*: Um estudo das companhias listada no IBrX-100

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Governança Corporativa

Aprovada em: 19 / 05 / 2021 .

BANCA EXAMINADORA

Ádria Tayllo A. Oliveira

Profa. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. José Elinilton Cruz de Menezes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

JOSELUISDESOUZA:02441053400 Assinado de forma digital por JOSELUIS DE
SOUZA:02441053400
Dados: 2021.05.25 13:14:16 -03'00'

Prof. Me. José Luís de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICA	8
2.1 Teoria da Agência/Conflitos de Agência	8
2.2 Governança Corporativa / Índice de Governança	9
2.3 Auditoria Independente	11
3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	12
3.1 Tipologia da Pesquisa	12
3.2 Universo e Amostra da Pesquisa	13
3.3 Coleta de Dados/ variáveis	15
3.4 Análise dos Dados	15
4. ANALISE DO RESULTADOS	15
4.1 Características das companhias da IBrX – 100	16
4.2 Analise Estatísticas	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

ÍNDICES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E A UTILIZAÇÃO DAS *BIG FOURS*: Um estudo das companhias listada no IBrX-100

Aline Rayane Sousa de Macêdo¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar qual a relação dos índices de Governança Corporativa e a utilização das *Big Fours* das companhias listadas no IBrX-100 dos diversos mercados de atuação. A presente pesquisa tem característica descritiva, de natureza quantitativa e análise documental. Foram analisados o IBrX- 100 listadas pela B3 a amostra final foi composta 79 empresas, sendo 57 do novo mercado enquanto o demais segmentos é composto por 22 empresas. Foram analisadas as empresas auditadas por *Big Fours* e não *Big Fours* e qual delas fazem parte dos ITAG, IGC e do IGCT. Os resultados encontrados na estatística descritiva observam-se que a maioria das companhias são do Novo Mercado e auditadas por *Big Fours* e com médias superiores 0,8 possuindo boas práticas de GC. A Correlação de *Spearman* verifica-se que as companhias Novo Mercado têm relação positiva com 95% de nível de confiança entre os grupos e os Índices de GC, a variável *Big Fours* não obteve relação significativa com as outras variáveis. O teste *Wilcoxon-Mann-Whitney* foi verificado com significância superior a 5% que as médias da *Big Fours*, IGC e IGCT das companhias do novo mercado são iguais às médias companhias dos demais segmentos. Em relação a variável ITAG as médias das companhias do Novo Mercado e demais segmentos, rejeitou a hipótese nula. Dessa forma conclui-se que as empresas auditadas por *Big Fours* não têm relação com os Índices de GC das companhias listadas no IBrX- 100 e não influência na classificação mercado de atuação.

Palavras-Chaves: Índices de Governança Corporativa. *Big Fours*. IBrX-100

CORPORATE GOVERNANCE INDICES AND THE USE OF BIG FOURS: A study of the companies listed on the IBrX-100

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the list of Corporate Governance indices and the use of *Big Fours* from companies listed on the IBrX-100 in the various markets in which they operate. The present research has a descriptive characteristic, of quantitative nature and documentary analysis. The IBrX-100 listed by B3 was forwarded. The final sample consisted of 79 companies, 57 of which are from the new market while the other segments are composed of 22 companies. They were analyzed as companies audited by *Big Fours* and not *Big Fours* and which of them are part of the ITAG, IGC and IGCT. The results found in the descriptive statistics show that the majority of companies are from the Novo Mercado and audited by *Big Fours* and with averages above 0.8 having good KM practices. The Spearman Correlation shows that the Novo Mercado companies have a positive relationship with 95% confidence level between the groups and the GC indices, the *Big Fours* variable was not related to other variables. The Wilcoxon-Mann-Whitney test was verified with a significance greater than 5% that the averages of the *Big Fours*, IGC and IGCT of the companies in the new market are equal

to the average companies of the other segments. Regarding the variable ITAG as averages of the companies of the Novo Mercado and other segments, it rejected the null hypothesis. Thus, it is concluded that the companies audited by Big Fours are not related to the GC Indices of the companies listed on the IBrX-100 and are not associated in the classification of the market in which they operate.

Keywords: Corporate Governance Indexes. Big Fours. IBrX-100.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das organizações contribuiu para mudanças estruturais, a exemplo da separação de propriedade e gestão, nesse ambiente funde-se o conflito de interesse que surge quando a propriedade deixa de ser controlada pelo mesmo indivíduo e passa a ser gerenciada por um agente externo. Esses agentes “administradores” possuem mais informações do que o proprietário “principais”, em decorrência da força cargo, os agentes detêm informações privadas ao utilizarem destas para benefício próprio, geram-se os conflitos de interesses (LAVARDA; ALMEIDA, 2013).

O conflito de interesse acontece quando o proprietário contrata um gestor para administrar sua empresa que embora o agente tenha a responsabilidade de tomar as decisões em benefício do principal que seria maximização da empresa, este agente, utiliza-se para maximização seu próprio interesse afirma Silva e Andrade, (2008). Isto posto, o conflito de agência decorre quando o Principal “detentor do recurso” não conseguiu observar as ações do Agente “administrador”, ou seja, o resultado do principal depende das decisões do agente, embora o agente tenha que tomar decisões que favoreçam o principal, todavia, em situações oportunistas preocupar-se com sua riqueza pessoal, estabilidade financeira, estilo de vida e esquece que o objetivo das suas decisões é a maximização da riqueza da empresa (BORGES, SERRAO, 2005).

As relações de agência, foram estudadas por meio da Teoria da Agência definida por Jensen e Meckling (1976), no qual analisa as relações dos participantes de uma empresa, onde a propriedade e o controle são pessoas distintas e que pode resultar nos conflitos de interesse afirma Arruda, Madruga e Freitas Junior (2008). A Teoria da Agência trata da transferência de riqueza entre principal e agente, ocorrida quando o primeiro delega poderes e autoridade para o segundo tomar decisões, momento em que surge a possibilidade de transferência de riqueza. O cerne da Teoria consiste em o principal saber que poderá perder parte de sua riqueza e, em compensação, procurar conseguir do agente os melhores desempenho (ARRUDA, MADRUGA e FREITAS JUNIOR, 2008).

Assim, a Governança Corporativa de acordo Gramling, Rittenberg e Johnstone (p.34, 2012) “é um processo pelo qual os proprietários e credores de uma organização exercem o controle e exigem uma prestação de contas do uso dos recursos confiados à organização”. E como forma de proteger os interesses dos acionistas e garantindo que o comportamento dos gestores esteja alinhado com as necessidades dos acionistas, a adoção de boas práticas de governança tem como objetivo solucionar os conflitos de interesses entre principal e agente (CARIOCA, DE LUCA, PONTE, 2010).

Neste sentido, a Brasil, Bolsa, Balcão – B³ (2021) bolsa de valores brasileira, categorizam as companhias com base em suas estruturas de governança, assim o mercado acionário é dividido em três níveis: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2. A entrada de uma empresa no novo mercado segundo Domingos (2009) é um conjunto de regras societárias e quanto maior o nível maior são as exigências que devem adotar de boas práticas de governança. Acrescenta-se que as empresas listadas no Novo Mercado, Nível 1 e Nível segundo a BMF&Bovespa (2015) tem índice de desempenho médio das cotações dos ativos os

índices de indicadores como Índice de Governança Corporativa -IGC; o Índice de Ações com *Tang Along* Diferenciado – ITAG; e Índice de Governança Corporativa *Trade* -IGCT, são indicadores que procuram refletir não apenas as variações nos preços dos ativos integrantes do Índice no tempo, mas também o impacto que a distribuição de proventos por partes das companhias emissoras de ativos teria no retorno do índice (B³, 2018).

Além das classificações de governança corporativa realizadas pela B³, a auditoria das independentes tem o papel de assegurar posição patrimonial do resultado das companhias, contribuindo confiabilidade os resultados das companhias auditadas (ATTIE, 2011). Desta maneira, as empresas auditadas por *Big Four* (As quatro maiores empresas de auditoria do mundo) conseguem expressar para os *stakeholders* uma maior confiabilidade das informações contábil por ela auditadas. Soma-se conforme Ramalho (2018) que a qualidade da auditoria está associada à empresa de maior dimensão as *Big Four* (Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG, Price Water House Coopers e Ernst & Young) constituindo as quatro maiores empresas de serviços de auditoria, sendo consideradas modelos de excelência no serviço de auditoria independente

Assim, a presente pesquisa tem como problemática: **Qual a relação dos índices de Governança Corporativa com a utilização de *Big Fours* na auditoria independente das companhias listadas no IBrX 100?** O objetivo geral é analisar a relação dos índices de Governança Corporativa com a utilização de *Big Fours* na auditoria independente das companhias listadas no IBrX 100.

Para atingir o objetivo proposto, foram traçados os objetivos específicos: (1) Verificar na literatura corrente, os índices de governança corporativa com base na conformidade da B³; (2) Classificar as companhias do IBrX-100 que são auditoria *Big Fours*; (3) Observar o papel da *Big Fours* na auditoria independente das companhias, segmentadas no Novo Mercado e Demais segmento de mercado do IBrX-100.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de identificar qual o papel desempenho pelas *Big Fours* sobre os índices de governança corporativa, ou seja, pelo desempenho nas boas práticas de governança das empresas listadas na IBRX- 100 têm as ações com os ativos mais negociados, além de contribuir para fomento do conhecimento sobre índices de governança corporativa aplicada nas companhias estudadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da Agência/ Conflito de interesse

A propriedade e o controle de uma empresa por tempos foram centralizados no mesmo indivíduo, o proprietário, que exercia a função de controlar e administrar o negócio, mas com desenvolvimento da propriedade surgiu a necessidade de delegar do controle do proprietário aos administradores remunerados para tal função. (MOREIRA; NASCIMENTO; REGINATO, 2008).

Neste sentido, o trabalho *The modern Corporation and private property*, exposto em 1932, de autoria de Adolfo Berle e Gardner C. Means abordou aspectos decisivos para o desenvolvimento do mundo corporativo como o afastamento entre a propriedade e o controle das grandes corporações (ANDRADE, ROSSETTI, 2009). Almeida e Santos (2019) relatam que a separação entre a propriedade e o controle, estão relacionadas aos benefícios e contribuições da Governança Corporativa para a gestão das empresas, que passaram de ser controladas apenas por um indivíduo. Por consequência da separação da propriedade e do controle, Bianchi e Moreira Nascimento (2005) abordam as mudanças no formato de gerencia-las, visto que o interesse nas tomadas de decisões não é apenas do proprietário (Principal), mas também, dos administradores (Agente) que, na qual cada indivíduo atua visando seus próprios interesses.

A teoria da agência define o aumento da compreensão e do entendimento das propriedades como a separação entre as propriedades, o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle foi necessário para amenizar os conflitos de agência (ASSUNÇÃO, DE LUCA, VASCONCELOS, 2017). Assim, Jensen e Meckling (2008) definem relação da agência quando o principal, contrata outra pessoa o agente para realizar serviços em seu nome e que encarregue ao agente algum poder de decisão. Godoy e Marcon (2006) acreditam que a distância entre o objetivo do principal e o que é concretizado pelo agente é efetivamente interesse próprio e pessoal do agente que visa a maximização dos seus próprios benefícios. A tomada de decisões quando envolva mais de um indivíduo é explicada na teoria da agência, visto que analisa as relações externas e internas da empresa, sendo a ausência de concordância entre o principal e o agente fator que gera o conflito de interesse.

O conflito de interesse ocorre quando o resultado do principal depende das decisões do agente, embora o agente tenha que tomar decisões que favoreçam o principal, em situações oportunistas preocupar-se com sua riqueza pessoal, estabilidade financeira, estilo de vida e esquece que o objetivo das suas decisões é a maximização da riqueza da empresa (BORGES, SERRAO, 2005). Existem dois tipos de conflito de interesse o risco moral e a seleção adversa, o risco moral ocorre quando os agentes têm informações importantes e têm objetivos diferentes do principal, o agente pode não proporcionar todas as informações que o principal necessita para a tomada de decisão. Na seleção adversa o agente possui mais informações sobre variáveis relevantes, e decide não as divulgar ou falsifica-las, ou informar parcialmente para o principal onde ocorre a assimetria informacional (COSENZA; ALEGRÍA; LAURENCEL, 2011).

Dessa maneira, quando determinados agentes possuem mais informações privilegiadas e privadas, surgiu a assimetria informacional (RODRIGUES, GALDI, 2017). Corroborando com essa afirmação, Lavarda e Almeida (2013), a assimetria informacional dar-se quando os agentes econômicos possuem mais informação do que o principal, ou seja, quando pela força cargo os agentes detêm informações privadas, contudo se as informações forem aproveitadas para benefício próprio, geram-se os conflitos de interesse.

Segundo Zorzal e Rodrigues Medleg (2015), os agentes trocaram os interesses da Empresa para agir na maximização dos benefícios próprio, seja por meio de maiores salários, estabilidade e maior poder de decisão. Como forma de reduzir, a não simetria informacional o Principal, adota medidas para alinhar os interesses dos envolvidos, estabelecendo um conjunto de práticas de monitoramento, controle e de ampla publicação das informações. Ao conjunto de práticas adotadas deu-se o título de Governança Corporativa (GC).

2.2 Governança Corporativa / Índices de Governança

A Governança Corporativa surgiu com o objetivo de controlar os negócios, tantos pelos acionistas como por partes dos investidores a fim de solucionar os conflitos de agência entre as partes envolvidas (MAGALHÃES; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2011). O IBGC (2018) define Governança como sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle de demais partes interessadas.

Neste sentido, os mecanismos de governança corporativa foram desenvolvidos para assegurar o retorno dos investimentos para os seus investidores, Wegner (2012) define mecanismos de governança como uma forma de normas constituídas sejam exercidas pelo principal e os agentes, a fim de garantir os interesses na tomada de decisão.

A governança corporativa é um conjunto de mecanismos, práticas e instrumentos adotado pelas empresas, com a finalidade de diminuir a desconfiança dos seus investidores no compromisso da empresa com seus interesses. A prestação de contas, a transparência e a equidade são princípios de uma boa governança. As empresas que adotam esses princípios

conseguem passar mais segurança aos seus investidores garantindo que tenham retorno sobre o valor investido e que não serão lesados por aqueles que estão investindo seus recursos (CICOGNA, JUNIOR, DO VALLE, 2007).

De acordo com a BM&FBovespa (2016), o código brasileiro de governança corporativa das companhias abertas tem como princípios básicos transparência, prestação de contas, responsabilidade corporativa e equidade. As práticas de boa governança foram divididas em cinco capítulos no código, onde os quatro primeiros compreendem em fundamentos e práticas para os órgãos que compõem o sistema de governança, são eles:

1. Acionistas: Responsável por decisões que podem decidir o futuro da empresa com o voto, os acionistas também escolhe seus representantes no conselho de administração e na direção da empresa, participando de aprovação, admissão e demissão (MOREIRA NASCIMENTO, REGINATO, 2008).
2. Conselho de Administração: Representantes dos acionistas fiscalizam e administram a gestão, constitui estratégias, elegem a diretoria e escolhem a auditoria independente. Garantido a ação das práticas de boa governança e que as ações de todos os gestores sejam do interesse dos acionistas e da empresa, atuando como um elo entre acionistas e a empresa (CARIOCA, DE LUCA, PONTE, 2010).
3. Diretoria: Responsável em executar estratégias formadas pelo conselho, e executar todos os processos operacionais e financeiros, administrar os ativos da empresa e conduzir seus negócios (IBGC, 2018).
4. Órgãos de Fiscalização e Controle: Órgão que assessora o conselho de administração, buscando confiabilidade e transparência nas informações com a finalidade de proteger todas as partes interessadas, auxilia no controle das demonstrações e do controle interno (IBGC, 2018).
5. Ética e Conflitos de Interesses: Código de conduta que direciona e orienta como agir na tomada de decisões, buscando reduzir, riscos, constrangimentos e conflitos nas organizações. O comportamento ético tem um grande valor para a sociedade, que necessita postura ética no ambiente de trabalho e na sociedade (BONAN, BENCKE, S. JUNIOR, BREITENBACH, 2018).

Assim, para reduzir os problemas de agência numa circunstância de separação entre a propriedade e gestão foi desenvolvido um conjunto de mecanismos e controle que visam harmonizar o consenso de acionistas e gestores, os mecanismos internos - conselho de administração, sistema de remuneração e a estrutura de propriedade e os mecanismos externos - mercado de aquisição hostil, competitividade no mercado de trabalho e os relatórios fiscalizados externamente pela auditoria e pelo mercado financeiro (SILVEIRA, BARROS, FAMÁ, 2003).

Neste sentido as empresas que adotam a prática de boa governança segundo Carioca et al. (2010) permitem uma gestão profissional e transparente, como forma de evitar riscos e fraudes que possa abalar a confiabilidade e a credibilidade da empresa, são utilizadas as medidas de controles internos.

Quando uma empresa adota boas práticas de governança e melhora a qualidade de informações divulgadas pela companhia, ela progride para outro estágio de governança e estabelece um novo grau de segurança para os acionistas. Os níveis diferenciados e o novo mercado estabelecem critérios e aumentar o valor das ações (SIQUEIRA, MACEDO, 2006). O novo mercado são empresas que se comprometem voluntariamente, com as práticas de boa governança e com transparências nas suas informações e das ações negociadas. Os novos mercados são divididos em três níveis: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, quanto maior o nível maior deve ser o comprometimento das empresas com as práticas de governança (R. DE ANDRADE, 2008).

O Brasil, Bolsa, Balcão - B3 (2018) define índice como um indicador que procura refletir não apenas as variações nos preços dos ativos integrantes do Índice no tempo, mas

também o impacto que a distribuição de proventos por partes das companhias emissoras de ativos teria no retorno do índice, assim a B3 (2015) cita quatro tipos de Índices, sendo três deles:

1. **Índice de Governança Corporativa (IGC):** tem como indicador de desempenho médio das cotações dos ativos, apenas empresas listadas no Novo Mercado, Nível 1, Nível 2. O IGC é o resultado de uma carteira de ativos, considerado um índice de retorno total. (B3, 2015)

A criação do IGC dos segmentos Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado proporcionou a criação do IGC, o IGC é composto por ações de companhias que tem o comprometimento de praticar a boas práticas de Governança Corporativa, com o objetivo de medir o desempenho numa carteira teórica de ativos dessas companhias (SIRQUEIRA, KALATZIS, TOLEDO, 2007).

2. **Índice de Ações com *Tang Along* Diferenciado (ITAG):** tem como indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de empresas que ofereçam as melhores condições aos acionistas minoritários, no caso de alienação de controle. (B3, 2015)

Segundo Beirão e Lima (2017) o ITAG é também conhecido como um mecanismo que protege e beneficia os acionistas minoritários, mesmo a companhia disponibilizando tal mecanismo o controle da mesma continua sendo dos acionistas minoritários.

3. **Índice de Governança Corporativa *Trade* (IGCT)** tem como indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de integrantes que atendam aos critérios adicionais. São compostas por empresas do IGC mas que tenha uma alta liquidez das suas ações, e seus ativos precisam ter 99% negociados na B3 (B3, 2015).

2. 3 Auditoria Independente

Com o desenvolvimento econômico e o surgimento de empresas que possuem a participação acionaria no seu capital, despertou a necessidade dos investidores e proprietários quanto à realidade financeira e econômica das empresas investidas, que fundamentalmente desenvolveu a auditoria com a precisão da veracidade e qualidade da informação. Desse modo, o objetivo da auditoria é analisar as demonstrações da empresa auditada, utilizando critérios e procedimentos que lhe garanta segurança dos valores divulgados (ATTIE, 2011).

Segundo Gramling, Rittenberg e Johnstone (2012) definem auditoria como a análise das demonstrações contábeis de uma empresa e como um processo que pode avaliar a eficiência e eficácia de um setor, verificar se as normas de uma empresa estão sendo adotadas e verificar os relatórios financeiros. Também definida como o processo de avaliação a auditoria de demonstrações financeiras tem o objetivo de relacionar as afirmações de eventos econômicos e critérios estabelecidos, deixando os usuários interessados informados sobre o resultado.

Assim, auditoria divide-se em auditoria Interna e auditoria externa ou Independente. (ANDRADE, ROSSETTI, 2009). Neste sentido, a auditoria interna é feita por um auditor funcionário da empresa, responsável pelos controles internos da companhia (MARION, 2015). Com a responsabilidade de aperfeiçoar os controles internos, normas e procedimentos que foram estabelecidos pela administração da Companhia, o trabalho desenvolvido pelo auditor deve ter o mesmo objetivo da estratégia da organização e se basear nos riscos (IBGC, 2018).

A auditoria independente é um conjunto de normas e procedimentos específicos, o profissional tem que ser qualificado e deve analisar as demonstrações contábeis e controle internos da empresa examinada, através das informações analisadas deve expor seu parecer, com o objetivo de passar fidedignidade com seu relatório sobre as demonstrações nas qual foram analisadas (FUSIGER, MEDEIROS DA SILVA, CARRARO, 2015). No campo econômico e social, a auditoria atua de forma significativa e a partir de suas análises e parecer

das demonstrações, tem o objetivo de evitar riscos de distorções, fraudes e surgindo com a necessidade de amenizar eventuais conflitos de interesses entre os *stakeholders* (SANTANA, et. al, 2014).

A Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404/1976, atualizada pela lei nº 11.1638/07 estabelece que as demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrada. Desta forma, a auditoria certifica através do conjunto de ações, a credibilidade e a confiabilidade das demonstrações necessárias para tomada de decisão dos seus usuários proporcionando maior segurança das informações (SOUZA, BORBA, ALBERTON, 2009).

A NBC TA 200 (2016) define o papel do auditor como elevar o grau de confiança dos seus usuários sobre as demonstrações contábeis. Adquirido a confiança mediante a opinião se as demonstrações estão sendo apresentadas adequadamente em conformidade com a estrutura do relatório financeiro e relevantes em todos os aspectos. Assim, em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas o auditor fica capacitado para expor sua opinião. Empresas auditadas aumentam a credibilidade das suas demonstrações, segundo Ramalho (2018) a qualidade da auditoria está associada à empresa de maior dimensão as *Big Four* (Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG, Price Water House Coopers e Ernst & Young) constituindo as quatro maiores empresas de auditorias, os serviços de auditoria das Big Four são modelos de excelência e esses serviços melhoram a tomada de decisões dos seus usuários, quanto maior o porte da empresa de auditoria, melhor é a qualidade dos serviços.

As empresas auditadas pelas *Big Four* buscam passar um maior grau de confiança para seus investidores sobre suas demonstrações, segundo Beatty (1989) as empresas que são auditadas por *Big Four* internacionalmente conhecidas, visivelmente são favoritas. Além da qualidade da informação contábil divulgada por empresas auditadas cumprindo as exigências das normas contábeis, as empresas *Big Four* proporcionam maior qualidade e uma maior transparência em notas explicativas, atendendo as expectativas dos investidores que exigem informações transparentes e completas. (DE OLIVEIRA, NARDI, NAKAO, 2017). Firmino, Damascena e Paulo (2010) afirmam que as exigências na qualidade dos serviços de auditoria aumentaram, pela procura dos usuários por informações tempestivas e seguras que comprometem as decisões para o melhor funcionamento da empresa.

Acredita-se que as demonstrações auditadas proporcionem melhores informações e melhores benefícios econômicos e que essas estão menos sujeitas a haver distorções nos resultados do que as demonstrações que não foram analisadas por auditores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

3.1 Tipologia da Pesquisa

Esse estudo se caracteriza por uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa e análise documental que segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição das características da população ou dos fenômenos, e relação entre variáveis, alguns tipos de pesquisas vão além e almejam determinar a natureza dessa relação.

E tem como abordagem é quantitativo que segundo Marconi e Lakatos (2003) são uma análise das características dos fatos, avaliação de programas, ou isolamento das variáveis com o intuito de fornecer dados para a verificação de hipóteses, caracterizado pela precisão e controles estatísticos. Beltrão, Nogueira (2011) relatam que a análise documental que mesmo em consultas a simples documentos e bibliografias é adotada como um complemento obtenção de novos resultados.

3.2 Universo e Amostra

A população ou universo da pesquisa é um conjunto de elementos que possuem determinadas características para um determinado estudo, a amostra é uma parte da população que foi selecionada através de regras, conforme Silva e Menezes (2001) e Gil (2008). Dessa forma, este estudo tem como o universo da pesquisa o Índice Brasil 100 (IBrX- 100) listadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão que totaliza 100 empresas. A IBrX -100 é o indicador de desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

Neste sentido, no universo compõem 100 companhias listadas no IBrX-100, a amostra final foi composta 79 empresas dos diversos setores e mercado de atuação.

Quadro 02: Companhias participantes da pesquisa e listada IBrX-100

Setor de Atuação	Nº	Companhias	Mercado de Atuação
Máquinas e Equipamentos	1.	WEG	Novo Mercado
Mat. Transporte	2.	EMBRAER	Novo Mercado
	3.	RANDON PART	Nível 1
Transporte	4.	AZUL	Nível 2
	5.	CCR AS	Novo Mercado
	6.	ECORODOVIAS	Novo Mercado
	7.	GOL	Nível 2
	8.	RUMO S.A.	Novo Mercado
Alimentados Processados	9.	BRF S.A.	Novo Mercado
	10.	JBS	Novo Mercado
	11.	MINERVA	Novo Mercado
	12.	M.DIAS BRANCO	Novo Mercado
Bebidas	13.	MARFRIG	Novo Mercado
	14.	AMBEV S/A	Tradicional
Comércio Distribuição	15.	CARREFOUR BR	Novo Mercado
	16.	P.ACUCAR-CBD	Novo Mercado
Produtos Pessoal Limpeza	17.	GRUPO NATURA	Novo Mercado
Comércio	18.	B2W DIGITAL	Novo Mercado
	19.	LOJAS AMERIC	Nível 1
	20.	LOJAS RENNER	Novo Mercado
	21.	MAGAZ LUIZA	Novo Mercado
	22.	VIAVAREJO	Novo Mercado
Tecido Vestuário Calçados	23.	ALPARGATAS	Nível 1
	24.	CIA HERING	Novo Mercado
Autos e Motos	25.	IOCHP-MAXION	Novo Mercado
Constr. Civil	26.	CYRELA REALT	Novo Mercado
	27.	EZTEC	Novo Mercado
	28.	MRV	Novo Mercado
	29.	TECNISA	Novo Mercado
Viagens e Lazer	30.	CVC BRASIL	Novo Mercado
Diversos	31.	COGNA ON	Novo Mercado
	32.	LOCAMERICA	Novo Mercado
	33.	MOVIDA	Novo Mercado
	34.	LOCALIZA	Novo Mercado
	35.	SMILES	Novo Mercado
	36.	YDUQS PART	Novo Mercado

Explor. Imóveis	37.	ALIANSCSONAE	Novo Mercado
	38.	BR MALLS PAR	Novo Mercado
	39.	IGUATEMI	Novo Mercado
	40.	MULTIPLAN	Nível 2
Madeira e Papel	41.	DURATEX	Novo Mercado
	42.	KLABIN S/A	Nível 2
	43.	SUZANO S.A.	Novo Mercado
Mineração	44.	VALE	Novo Mercado
	45.	BRASKEM	Nível 1
Químicos	46.	SID NACIONAL	Tradicional
Sid Metalurgica	47.	GERDAU	Nível 1
	48.	USIMINAS	Nível 1
	49.	PETROBRAS BR	Novo Mercado
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	50.	COSAN	Novo Mercado
	51.	PETRORIO	Novo Mercado
	52.	ULTRAPAR	Novo Mercado
	53.	HYPERA	Novo Mercado
	54.	RAIADROGASIL	Novo Mercado
Saúde/ Comércio Distr.	55.	FLEURY	Novo Mercado
	56.	INTERMEDICA	Novo Mercado
Saúde/ SM Hosp. An.Diag	57.	HAPVIDA	Novo Mercado
	58.	QUALICORP	Novo Mercado
	59.	LINX	Novo Mercado
	60.	TOTVS	Novo Mercado
Tec. Informação/ Programa Servs	61.	TIM PART S/A	Novo Mercado
	62.	TELEF BRASIL	Tradicional
Telecomunicação	63.	COPASA	Novo Mercado
	64.	SANEPAR	Nível 2
Utilidade Públ/ Água Saneamento	65.	SABESP	Novo Mercado
	66.	CESP	Nível 1
	67.	CEMIG	Nível 1
Utilidade Públ/ Energia Elétrica	68.	CPFL ENERGIA	Novo Mercado
	69.	COPEL	Nível 1
	70.	ENGIE BRASIL	Tradicional
	71.	ELETROBRAS	Nível 1
	72.	ENERGIAS BR	Novo Mercado
	73.	ENEVA	Novo Mercado
	74.	ENERGISA	Nível 2
	75.	EQUATORIAL	Novo Mercado
	76.	LIGHT S/A	Novo Mercado
	77.	NEOENERGIA	Novo Mercado
	78.	TAESA	Nível 2
	79.	TRAN PAULIST	Nível 1

Fonte: Elaboração própria, 2021

Ressalta-se que a amostra dará-se por acessibilidade, tendo em vista que, foram excluídas 21 empresas da amostra sendo 17 composta pelas Instituições Financeiras haja vista que essas possuem características próprias e 4 empresas que foram analisados os consolidados dos conglomerados.

O estudo da amostra compreende ao ano de 2019, extraindo informações para a influência das empresas auditadas por *Big Four* em relação aos Índices de Governança Corporativa. Enquanto as companhias Tradicionais possuem menor comprometimentos com as

boas práticas de governança corporativa, desta maneira, o Quadro 02 apresenta os setores de atuações, as companhias e mercado de atuação das empresas listada no IBrX-100.

3.3 Coleta de Dados/ variáveis

A coleta de dados é um procedimento fundamental mediante diversas formas coletadas que garante qualidade para os resultados obtidos (GIL, 2002). Para este estudo foi escolhido o método documental, sendo analisado os relatórios de auditoria de cada companhia listada no IBrX-100, sendo assim, empregado “0” para companhias que não são auditadas por *Big Four* e “1” para companhias que são auditadas por *Big Four*.

Quanto os índices de Governança que foram coletadas por meio dos *websites*, da B3 e serão analisados no período 2019, os seguintes índices.

Quadro 01: Índices de Governança Corporativa na B3

Índices	Pressuposto	Coleta de dados
ITAG	Indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de empresas que ofereçam as melhores condições aos acionistas minoritários, no caso de alienação de controle. (B3, 2015).	0 (não participa do ITAG) 1 (participa do ITAG)
IGC	Indicador de desempenho médio das cotações dos ativos, apenas empresas listadas no Novo Mercado, Nível 1, Nível 2. (B3,2015)	0 (não participa do IGC) 1 (participa do IGC)
IGCT	Indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de integrantes que atendam aos critérios adicionais. São compostas por empresas do IGC, mas que tenha uma alta liquidez das suas ações, e seus ativos precisam ter 99% negociados na B3. (B3, 2015).	0 (não participa do IGCT) 1 (participa do IGCT)

Fonte: Elaboração própria, 2020

O Quadro 01 apresenta os três índices analisados e os Indicadores de cada índice que são calculados pela B3. E a coleta de dados sendo empregadas “0” para as companhias que não participa do Índice e “1” para companhias que participam do Índice.

3.4 Análise de dados

Os dados foram analisados de forma descritiva utilizando-se de estatística descritiva e por meio de estatística descritiva, Teste *Wilcoxon-Mann-Whitney* e a Correlação de *Spearman* para comprovar a relação entre as variáveis e testar a hipótese nula. De acordo com Guimarães (2008), são técnicas aplicáveis que podem ser utilizadas em todas as áreas de conhecimento e que auxilia no processo da tomada de decisão. Segundo Lopes (p. 217, 2006) a análise descritiva é “estudo de uma determinada população, descrevendo suas características, estabelecendo variáveis entre si, a partir de seus objetivos, servem também para proporcionar uma nova visão do problema”.

Assim, os resultados são apresentados em dois blocos, no primeiro, são observadas as características das Companhias IBrX-100, como setor de atuação e mercado de atuação e o segundo bloco, são analisadas as inferências estatísticas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Características das Companhias IBrX-100

As companhias que compõem o IBrX-100 detêm maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro, assim o Quadro 02 apresenta-se o mercado de atuação (Tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado), nos quais as companhias classificadas no Novo Mercado negociam as ações de empresas que tem um padrão diferenciado de Governança Corporativa, além de adotar políticas de *disclosure* transparente. Assim, o Novo Mercado é formado por empresas que voluntariamente decidem usar práticas de governança corporativa adicionais a legislação brasileira, conduzindo as empresas ao, mas elevado padrão de governança (DE OLIVEIRA, FERREIRA, 2018).

Verifica-se que das 79 empresas analisadas 57 delas fazem parte do novo mercado um percentual de 72,15%, enquanto o demais segmentos é composto por 22 empresas e representa um percentual de 27,85%. Destaca-se, os setores de atuação que tiveram apenas empresas classificadas no segmento de Novo Mercado são: Máquinas e Equipamentos; Alimentos Processados; Comércio e Distribuição; Produtos Pessoal de Limpeza; Autos e Motos; Construção Civil; Viagens e Lazer; Diversos; Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Saúde e Comércio de distribuição; e Saúde SM hospitalar.

Ressalta-se que quatro companhias estão listadas no mercado Tradicional, mercado esse com menor comprometimento de práticas de governança corporativas, sendo essas empresas a AMBEV S/A; SID NACIONAL; TELEF BRASIL; ENGIE BRASIL.

Tabela 01: Características das Companhias do IBrX-100 participantes do estudo

Níveis de CG	Novo Mercado		Demais segmento de mercado	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Empresas	57	72,15	22	27,85
Empresas auditadas pelas Big Fours				
<i>Big Fours</i>	54	94,74	20	90,91
<i>Não Big Fours</i>	3	5,26	2	9,09
Totais	57	100	22	100
Índices de Governança Corporativa				
ITAG	57	100	13	59,09
Não ITAG	-	-	9	40,91
Totais	57	100	22	100
IGC	57	100	19	86,36
Não IGC	-	-	3	13,64
Totais	57	100	22	100
IGCT	57	100	19	86,36
Não IGCT	-	-	3	13,64
Totais	57	100	22	100

Fonte: Elaboração própria, 2020

De acordo com a Tabela 01, das 57 companhias listada no Novo Mercado, que as empresas auditadas por *Big Fours* e que compõem a carteira do Novo Mercado são 54 organizações auditadas por *Big Fours* apresentando um percentual de 94,74% e 3 companhias o que representa 5,26% não são auditadas pelas *Big Fours*. Observa-se que 54 entidades são auditadas por *Big Fours* sendo, 06 auditadas pela Deloitte, 12 auditadas Ernst & Young, 25 auditadas pela KPMG e 11 auditadas pela *Price waterhouse Coopers*- PWC. As 03 empresas do Novo Mercado que são auditadas por não *Big Fours* são auditadas pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes. Assim, constata-se que das 54 empresas listadas no Novo Mercado e que são auditadas por *Big Fours*, a KPMG é a instituição eleita para realizar a auditoria independente com maior participação cerca de 45,4%, seguida 21,8% da Ernst & Young, 20% da PWC e 10,9% da Deloitte.

Analisa-se também, que das 22 empresas dos demais segmentos de mercado, 20 são auditadas por empresas *Big Fours* sendo, 02 auditadas pela Deloitte, 08 auditadas Ernst & Young, 04 auditadas pela KPMG e 06 auditadas pela PWC. As 02 empresas dos demais segmentos de mercado que são auditadas por não *Big Fours* uma é auditada pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes e a outra pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S.. As instituições que compõem os demais segmentos apresentam um percentual de 90,91% e 2 auditadas por não *Big Fours* o que representa um percentual de 9,09%.

Em relação aos Índices de GC as 57 empresas do Novo Mercado fazem parte do ITAG que são indicadores que oferecem as melhores condições aos acionistas minoritários, IGC que são indicadores apenas de empresas listadas no Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2, e o IGCT que são indicadores compostas por empresas do IGC e com alta liquidez de ações e 99% de ativos negociados na B3 (B3, 2015) representando 100% da amostra.

Em relação aos demais segmentos de mercado, observa-se que 59,09% das empresas que compõem o ITAG e 40,91% não participam da composição do ITAG. O IGC e o IGCT são compostos por 86,36% da amostra o que representa 19 empresas dos demais segmentos de mercado e 13,64% das empresas não compõe a carteira do IGC e IGCT.

4.2 Análise Estatística

A análise inferencial das companhias listadas no IBrX-100 deu-se como base nas variáveis: Grupos *Big Fours*, ITAG, IGC, IGCT, no qual é atribuído na variável Grupos “0” para empresas do mercado Tradicional, Nível 1 e Nível 2 e “1” para empresas do novo mercado. Assim, como na variável *Big Fours* infere-se que “0” para empresa não auditada por *Big Fours* e “1” para em companhia auditada por *Big Fours*.

As variáveis referentes a governança corporativa, foram atribuídos aos Índice de Governança Corporativa (IGC), Índice de Ações com *Tang Along* Diferenciado (ITAG) e Índice de Governança Corporativa *Trade* (IGCT), “0” para empresa não participante do índice e “1” para empresa participante do índice. Assim, os resultados encontrados são apresentados na Tabela 02.

Tabela 02: Estatística descritiva

	Grupos	BigFours	ITAG	IGC	IGCT
Média	,7215	,9367	,8861	,9620	,9620
Desvio Padrão	,4511	,2450	,3197	,3197	,1923
Mínimo	,00	,00	,00	,00	,00
Máximo	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Elaboração própria, 2020

De acordo com a Tabela 02, observa que a variável Grupo obteve média de 0,7215, ou seja, mais próxima de 1, assim afirma-se que maior parte das companhias participantes do IBrX-100, são do Novo Mercado. Em relação a *Big Fours* a média obtida foi 0,9367 no qual reconhece que das empresas estudada em sua maioria são auditadas por *Big Fours*. Os índices de governança corporativa obtiveram média de 0,8861 e desvio padrão de 0,3197 para ITAG; o de 0,9620 e desvio padrão de 0,3197 para o IGC; e 0,9620 com desvio padrão 0,1923, por meio de observação da média, pode-se inferir que entidades analisadas possuem boas práticas de governança corporativa, visto que obtiveram média super a 0,8 de participação nos índices de governança.

Na Tabela 03, verifica-se a normalidade dos dados, por meio do teste de *Kolmogorov-Sminorv^a*, visto que é o mais adequado para amostras com elementos superiores a 50 (cinquenta), que no presente trabalho se trata de 79 elementos. Firmino (2015) destaca que o teste de *Kolmogorov-Sminorv^a* avalia o grau de concordância entre a distribuição teórica e a

distribuição de um conjunto de amostras. E se conjunto da amostra podem se considerar como provenientes de uma distribuição teórica através de uma população.

Tabela 03: Teste de normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a		
	<i>Estatística</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>
Grupos	,453	79	,000
<i>Big Fours</i>	,539	79	,000
ITAG	,525	79	,000
IGC	,540	79	,000
IGCT	,540	79	,000

Fonte: Elaboração própria, 2020

Os resultados encontrados por meio do teste de normalidade *Kolmogorov-Smirnov^a*, foram que os dados não têm distribuição normal, visto que a significância foi inferior a 5% conforme Tabela 03. Desta forma, não se indica a utilização de teste paramétrico, sendo empregado a Correlação de *Spearman* por trata-se de um teste não paramétricos que permite análise das relações entre os dados da pesquisa.

Holander, Wolfe e Chicken (2013) definem a correlação de *Spearman* como um método utilizado que faz observações e avalia duas ou mais variáveis, desta forma explicando se entre as variáveis há uma relação positiva, negativa ou uma ausência de associação entre elas, quanto mais próximo de 1,00 for o resultado indica uma forte relação positiva entre as variáveis, 0 indica ausência de relação e -1 indica uma forte associação negativa entre as variáveis.

Tabela 04 Correlação de *Spearman*

Variáveis		Grupos	<i>Big fours</i>	ITAG	IGC	IGCT
Grupos	Coefficiente de Correlação	1,000	,070	,577**	,320**	,320**
	Sig. (2 extremidades)	.	,537	,000	,004	,004
	N	79	79	79	79	79
<i>Big fours</i>	Coefficiente de Correlação	,070	1,000	,070	,220	,220
	Sig. (2 extremidades)	,537	.	,537	,051	,051
	N	79	79	79	79	79
ITAG	Coefficiente de Correlação	,577**	,070	1,000	,554**	,554**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,537	.	,000	,000
	N	79	79	79	79	79
IGC	Coefficiente de Correlação	,320**	,220	,554**	1,000	1,000**
	Sig. (2 extremidades)	,004	,051	,000	.	.
	N	79	79	79	79	79
IGCT	Coefficiente de Correlação	,320**	,220	,554**	1,000**	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,004	,051	,000	.	.
	N	79	79	79	79	79
	N	79	79	79	79	79

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades)

**.. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaboração própria, 2020

A correlação de *Spearman* é uma técnica utilizada para verificar a relação entre as variáveis assim, na Tabela 04 os coeficientes de Correlação de *Spearman*, observados nas variáveis Grupos e ITAG, apresenta um coeficiente de correlação significativa positiva de 0,577 e nas variáveis Grupos e IGC e IGCT os resultados demonstram uma correlação positiva de 0,320. Dessa forma o coeficiente entre as variáveis foi significativo, pois deteve nível de significância de 5%, podendo afirmar com 95% de certeza que há relação entre as variáveis.

Ressalta-se que a variável *Big Fours* não obteve relação significativa com as outras variáveis. Neste sentido, para comparar as médias das *Big Fours* e dos índices de governança

com o Novo Mercado, Mercado Tradicional e o Nível 1 e 2, realizou-se o teste de média *Wilcoxon-Mann-Whitney* com o objetivo de testar a hipótese Nula.

Quadro 03: Teste *Wilcoxon-Mann-Whitney*

Estatística	Big fours	ITAG	IGC	IGCT
U de <i>Mann-Whitney</i>	603,000	370,500	541,500	541,500
<i>Wilcoxon W</i>	856,000	623,500	794,500	794,500
Z	-,622	-5,097	-2,824	-2,824
Significância Sig. (bilateral)	,534	,000	,005	,005
Hipótese Nula			Sig.	Decisão
As médias da Big Fours das companhias do novo mercado são iguais às médias companhias do mercado tradicional, Nível 1 e Nível 2.			534	Não Rejeita H0
Hipótese Nula			Sig.	Decisão
As médias da ITAG das companhias do novo mercado são iguais às médias companhias do mercado tradicional, Nível 1 e Nível 2.			,000	Rejeita H0
Hipótese Nula			Sig.	Decisão
As médias da IGC das companhias do novo mercado são iguais às médias companhias do mercado tradicional, Nível 1 e Nível 2.			,005	Não Rejeita H0
Hipótese Nula			Sig.	Decisão
As médias da IGCT das companhias do novo mercado são iguais às médias companhias do mercado tradicional, Nível 1 e Nível 2.			,005	Não Rejeita H0

Fonte: Elaboração própria, 2020

De acordo com o quadro 03, verifica-se as médias das *Big Fours*, das companhias do Novo Mercado e do Mercado Tradicional, Nível 1 e Nível 2, tiveram médias estaticamente iguais, no qual obteve significância superior a 5%, assim sendo, não rejeita a hipótese nula.

Quanto a variável ITAG, observa-se que as médias das companhias do novo mercado, mercado tradicional, nível 1 e nível 2, verifica que as médias não são estaticamente iguais, uma vez que a significância foi inferior a 5%, rejeitando a hipótese nula. As médias da IGC e IGCT das companhias do Novo Mercado são iguais as médias da companhia do mercado tradicional, Nível 1 e Nível 2, desta forma não rejeita a hipótese nula e a significância foi superior a 5%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a relação dos índices de Governança Corporativa com a utilização de *Big Fours* na auditoria independente das companhias listadas no IBrX 100. Os procedimentos metodológicos, caracteriza-se como um estudo o descritivo com abordagem de estatística descritiva e por meio de estatística descritiva, Teste *Wilcoxon-Mann-Whitney* e a Correlação de *Spearman* os dados da amostra compõem 100 companhias listadas no IBrX-100 e amostra final foi composta por 79 empresas dos diversos setores e mercado de atuação.

Os resultados demonstram que das 79 companhias presentes na pesquisa, 57 entidades fazem parte do novo mercado um percentual de 76,63%, enquanto o demais segmentos é composto por 22 empresas e representa um percentual de 26,58%. Ainda sobre as companhias listada no Novo Mercado, que são auditadas pela *Big Fours*, os achados evidenciam que, 54 organizações são auditadas por *Big Fours* apresentando um percentual de 94,74% e 3 companhias o que representa 5,26% não são auditadas pelas *Big Fours*, sendo que 25 entidades são auditadas pela KPMG, o que representa participação 45,4%. Enquanto isso, as 3 empresas do Novo Mercado que não são auditadas por *Big Fours*, tendo sua auditoria feita pela Grant Thornton Auditores Independentes.

Verifica-se também, que das 22 empresas dos demais segmentos de mercado, 20 são auditadas por empresas *Big Fours* sendo, 02 auditadas pela Deloitte, 08 auditadas Ernst &

Young, 04 auditadas pela KPMG e 06 auditadas pela PWC. As 02 empresas dos demais segmentos de mercado que são auditadas por não *Big Fours* uma é auditada pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes e a outra pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. As instituições que compõem os demais segmentos apresentam um percentual de 90,91% e 2 auditadas por não *Big Fours* o que representa um percentual de 9,09%.

Os resultados encontrados por meio da estatística descritiva demonstram que as entidades analisadas possuem boas práticas de governança corporativa e os resultados obtidos na correlação de *Spearman* foi positivo com significância de 95% de nível de confiança, afirmando desta forma, que há uma relação entre os Índices de Governança Corporativa, em relação as *Big Fours* não obtiveram relação significativa com as outras variáveis. Para testar a hipótese nula foi realizado o teste de *Wilcoxon-Mann-Whitney* onde foi verificado com significância superior a 5% que as médias da Big Fours, IGC e IGCT das companhias do novo mercado são iguais às médias companhias do mercado tradicional, Nível 1 e Nível 2, sendo assim, não rejeitou a hipótese nula. Em relação a variável ITAG as médias das companhias do Novo Mercado, Mercado Tradicional, Nível 1 e Nível 2, rejeita se a hipótese nula no qual obteve a significância inferior a 5%.

Assim, as empresas auditadas por *Big Fours* passam maior confiabilidade para seus investidores e as companhias que compõem o IBrX-100 detêm maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Dessa forma constatou-se que a utilização das empresas auditadas por *Big Fours* não tem relação com os Índices de Governança Corporativa (IGC, IGCT e ITAG) das companhias listadas no IBrX- 100 e não influencia na classificação mercado de atuação (Tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado).

O estudo limita-se no período analisado 2019 e sendo compreendido por empresas do IBrX-100, não sendo possível a generalização para todas as empresas do mercado acionário brasileiro. Dessa forma, sugere-se para estudo posteriores a relação dos índices de Governança Corporativa e a utilização das *Big Fours* das companhias listadas B³, com uma análise temporal maior ao período analisado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo. 4ª Edição. Editora Atlas, 2009.

ARRUDA, Giovana Silva; MADRUGA, Sergio Rossi; FREITAS JUNIOR, Ney Izaguirry. **A Governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria**. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. I, n.1, p. 71-84, jan./ abr. 2008.

ASSUNÇÃO, Renata Rouquayrol; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de. **Complexidade e governança corporativa: uma análise das empresas listadas na BM&FBOVESPA**. Revista Conabilidade e Finanças – USP, v. 28, n.74, p. 213-228, mai./agos. 2017.

ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. São Paulo. 6ª Edição. Editora Atlas, 2011.

Brasil, Bolsa e Balcão – B³. Disponível em: < http://www.b3.com.br/pt_br/ > Acesso em 12 de Outubro de 2019.

BEATTY, R. P. **Auditor reputation and the pricing of initial public offerings**. Accounting Review, p.693-709, 1989.

BEIRÃO, Éder de Souza; LIMA, João Paulo Cavalcante. **Mito x Realidade: o Tang Along como mecanismo de proteção do acionista minoritário das Sociedades Anônimas Brasileiras**. Revista de Administração do Unifatea, v. 15, n. 15, p. 6-193, jul./dez. 2017.

BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez; NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **A pesquisa documental nos estudos recentes em Administração Pública e Gestão Social no Brasil**. XXXV ANPAD, Rio de Janeiro, set./2011.

BIANCHI, Márcia; MOREIRA NASCIMENTO; Auster. **A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa e de redução dos conflitos de interesse entre principal e agente**. IX Congresso Internacional de Custos – Florianópolis, SC, nov. 2005.

BONAN, Alexandre Marcos; BENCKE, Fernando Fantoni; SANTOS JUNIOR, Silvio; BREITENBACH, Renato. **A Importância percebida do código de ética em uma cooperativa agroindustrial de grande porte**. Revista Gestão Organizacional, v.11, n.1, jan./abr. 2018.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier; SERRAO, Carlos Fernando de Barros. **Aspectos de Governança Corporativa no Brasil**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n.24, p.111-148, dez. 2005.

CARIOCA, Karla Jeanny Falcão; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; PONTE, Vera Maria Rodrigues. **Implementação da Lei Sarbanes-Oxley e seus impactos nos controles internos e nas práticas de Governança Corporativa: Um estudo na companhia energética do Ceará – COELCE**. Revista Universo Contábil, FURB, Blumenau, v.6, n.4, p. 50- 67, out./dez. 2010.

CICOGNA, Maria Paula Vieira; JUNIOR, Rudinei Toneto; DO VALLE, Mauricio Ribeiro. **O impacto da adesão a padrões mais elevados de governança sobre o financiamento empresarial**. Revista de Administração, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 52-63, jan./ mar. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução n.º 1.203, de 19 de Agosto de 2016. **NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria**. Acesso em: 01 de Novembro de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução n.º 1.202, de 27 de novembro de 2009. **NBC TA – De Auditoria Independente**. NBC TA Estrutural Conceitual, NBC TA 200 a 810. Acesso em: 2 de nov. 2019.

COSENZA, José Paulo; ALEGRÍA, Ana Isabel Zardoya; LAURENCEL, Luiz da Costa. **Implicações da Caracterização Principal-Agente nas abordagens de preços de transferências**. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 127-162, jul./set. 2011.

DEANGELO, Linda Elizabeth. **Auditor Independence, ‘low balling’, and disclosure regulation**. Journal of Accounting and Economics, v. 3, n. 2, p. 113- 127, ago./1981.

DE OLIVEIRA, Natália Cortes; NAKAO, Silvio Hiroshi; NARDI, Paula Carolina Ciampaglia. **Análise das Influências das Firmas de Auditoria na Divulgação de Informações em Notas Explicativas**. BASE- Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v. 14, n. 2, p. 139-154, 2017.

DE OLIVEIRA, Oderlene Vieira; FERREIRA, Victor Hugo Fernandes de Almeida. **Motivos da não Evidenciação de Relatórios Socioambientais das Companhias Listadas no Novo Mercado da B3**. Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA, São Paulo, v. 12, n.3, p. 58-76, set./dez.2018.

DOS SANTOS, José Glauber Cavalcante; ALMEIDA, Tatiana Aquino. **Características da Governança Corporativa e fatores determinantes nas maiores empresas abertas do Brasil**. Revista Mineira de Contabilidade, v.20, n.1, p. 88-100, jan/abr. 2019.

DOMINGOS, André Luis Reis Dima. **Índice de governança corporativa: a variação das empresas brasileiras em função das expectativas de Mercado**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. dez./2009.

FIRMINO, José Emerson; DAMASCENA, Luzivalda Guedes; PAULO, Edilson. **Qualidade da Auditoria no Brasil: Um Estudo sobre a Atuação das Auditorias Independentes Denominadas Big Four**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 5, n. Especial, 2010.

FIRMINO, Maria Jose de Almeida Caetano de Sousa. **Testes de hipóteses: uma abordagem não paramétrica**. Universidade de Lisboa, 2015.

FUSIGER, Paula; MEDEIROS DA SILVA, Leticia; CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad. **Auditoria Independente: Principais Infrações que acarretam em processo administrativo sancionador pela comissão de valores mobiliários**. Contexto – Revista do Programa de Pós- Graduação em controladoria e contabilidade da UFRGS, v. 15, n. 30, p. 76 – 93, mai./ ago. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 4ª Edição. Editora Atlas S.A - 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, 6ª Edição. Editora Atlas, 2008.

GODOY, Paulo de; MARCON, Rosilene. **Teoria da agência e os conflitos organizacionais: a influência das transferências e das promoções nos custos de agência em uma instituição bancária**. RAM. Revista de Administração Mackenzie, vol. 7, n. 4, 2006, p. 168-210. São Paulo.

GRAMLING, Audrey A.; RITTENBERG, Larry E.; JOHNSTONE, Karla M. **Auditoria Tradução da 7ª edição norte-americana**. São Paulo. Cengage Learning, 2012.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. **Métodos Quantitativos Estatísticos**. Curitiba. 1ª Edição, IESDE Brasil S.A, 2008.

HOLANDER, Myles; WOLFE, Douglas A.; CHICKEN, Eric. **Nonparametric statistical methods**. John Wiley & Sons, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código de melhores práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br>> Acesso em 11 de Outubro de 2019.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. **Teoria da Firma: comportamento dos administradores, custos de agencia e estrutura de propriedade**. Rev. Adm. Empres. São Paulo, vol. 48, abr./jul. 2008.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure**. *Journal of Financial Economics*, p. 700. July 1976.

JUNIOR, Edmilson Ferreira Garcia; MEDEIROS, Shara; AUGUSTA, Camila. **Análise documental: uma metodologia de pesquisa para a Ciência da Informação**. *Têmica UFPB*, ano XIII, n. 7, jul./2017.

LAVARDA, Carlos Eduardo Facin; ALMEIDA, Dalci Mendes. **Participação orçamentária e assimetria informacional: um estudo em uma empresa multinacional**. *Brazilian Business Review*, v.10, n.2, p. 74-96, abr. /jun. 2013.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MAGALHÃES, Renata Luciana dos Reis; PINHEIRO, Laura Edith Taboada; LAMOUNIER, Wagner Moura. **Fatores que favorecem a compreensão da extensão da Divulgação sobre partes relacionadas – Estudo nas Companhias Listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa**. *Sociedade Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, 5ª Edição. Editora Atlas S.A – 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo, 17ª Edição, Editora Atlas S.A – 2015.

Moreira Nascimento, Auster., Reginato, Luciane., **Divulgação da informação contábil, Governança Corporativa e Controle Organizacional: Uma relação necessária**. *Revista Universo Contábil* Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117016815003>

OLIVEIRA, Ádria Tayllo Alves; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; PEREIRA, Mércia de Lima; CÂMARA, Renata Paes de Barros. **Governança corporativa: um estudo da relação entre custo de agência e conselho de administração nas empresas listadas no Ibrx-100**. In: XXIII Congresso Brasileiro de Custos – CBC, Porto de Galinhas. Pernambuco. nov./2016.

PELEIAS, Ivam Ricardo; PENHA, José Carlos; SEGRETI, João Bosco; PEREIRA, Anísio Candido. **Percepções do corpo diretivo de uma multinacional oriental quanto à implementação dos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley**. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.15-40, jan./mar. 2010.

R. DE ANDRADE, George Albin. **Estudo econométrico dos efeitos da migração para OIGC: Índice de ações com governança corporativa diferenciada da Bovespa.** Revista Eletrônica de Negócios Internacionais, São Paulo, v.3, n. 1, p. 39-53, jan./jun. 2008.

RAMALHO, Mariana Ramos. **A qualidade da Auditoria: as Big Four.** Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 2018.

RODRIGUES, Sandriem da Silva; GALDI, Fernando Caio. **Relações com investidores e a assimetria informacional.** Revista Contabilidade & Finanças – USP. São Paulo, v.28, n.74, p.297-312, mai. /ago.2017.

SANTANA, André Gobette; BEZERRA, Francisco Antonio; TEIXEIRA, Silvio Aparecido; CUNHA, Paulo Roberto da. **Auditoria Independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações Contábeis: Estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pela Big Four e não Big Four.** Revista de contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 19, n.3, p.70 – 87, set./dez. 2014.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis, 3ª Edição, Revista Atual, 2001.

SILVA, Tarciso Gouveia da; DE ANDRADE, George Albin R.. **Utilização de modelos microeconômicos para previsão dos efeitos da teoria da agencia nas organizações.** Revista Eletrônica de Negócios Internacionais, São Paulo, v.3, n.1, p. 1-15, jan./jun. 2008.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; BARROS, Lucas Ayres B. de C.; FAMÁ, Rubens. **Estrutura de Governança e Valor das Companhias Abertas Brasileiras.** Revista de Administração de Empresas, v. 43, n.3, jul./set. 2003.

SIQUEIRA, Benjamim de Souza; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. **Estudo da Governança Corporativa no Brasil através de uma análise comparativa do IGC e do IBOVSPA período de 2002 a 2005.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 2006.

SIRQUEIRA, Aieda Batistela de; KALATZIS, Aquiles Elie Guimarães; TOLEDO, Franklina Maria Bragion de. **Boas Práticas de Governança Corporativa e Otimização de Portfólio: Uma análise comparativa.** Revista Economia, set./dez. 2007.

WEGNER, Douglas. **Mecanismos de Governança de redes horizontais de empresa: o caso da rede alemã de grande porte.** Revista Gestão Organizacional, v. 5, n.2, jul./dez.2012

ZORZAL, Luzia; RODRIGUES MEDLEG, Georgete. **Disclosure e transparência no setor público: uma análise da convergência dos princípios de governança.** Inf.Inf., Londrina, v.20, n.3, p.113-146, set./dez. 2015.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia e que meu deus forças para lutar e concluir esta etapa da minha vida.

A minha mãe Rosania que sempre me apoiou e nunca mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, meu exemplo e meu alicerce, ao meu filho Iarley que é meu amor e minha força diária para enfrentar os obstáculos. Aos meus familiares, minha Tias e Tios que acreditaram no meu esforço.

A Prof. Me. Ádria Tayllo eu agradeço pela orientação incansável, confiança, paciência que tornou possível a realização do meu sonho, eu sou muito grata. A todos os Professores por todo conhecimento adquirido e ensinamentos que levarei para a vida.

A esta universidade, coordenadores, funcionários e administração, que me proporcionaram a oportunidade de possuir um ensino superior e a expansão dos meus horizontes.

A todos meus amigos que direta e indiretamente participaram da minha formação e me incentivaram, aos meus colegas de turma em especial aos meus amigos Claudia, Carol e Ragde que sempre acreditaram e me ajudaram nessa jornada. Aos meus colegas de trabalho por me ajudarem a crescer como profissional.

Termino o meu agradecimento eterno a Deus, pois sem sua sabedoria nada disso estaria sendo concretizado, gratidão essa é a palavra.